

Aula: Vigência

Vigência da nova Lei (a questão da aplicabilidade imediata e dos 2 anos de convivência com os demais regimes)

ATENÇÃO: TODOS OS MATERIAIS DESTE TREINAMENTO CONSISTEM EM OBRAS DE AUTORIA DE FLAVIA DANIEL VIANNA, REGISTRADAS NA BIBLIOTECA NACIONAL (AGÊNCIA BRASILEIRA DO ISBN)

TOTALMENTE PROIBIDA SUA REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO ELETRÔNICO OU IMPRESSO.

Vigência

Lei 14.133/21:

Art. 194. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

- A Lei 14.133 já entrou em vigor no prazo de sua publicação. Portanto, está em vigor desde 01 de abril de 2021 (sem previsão de *vacatio legis*).

Lei 14.133/21:

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o [inciso II do caput do art. 193](#), a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

- Lei 8.666 e Lei 10.520 não foram revogadas de imediato, ainda serão aplicadas pelos próximos 2 anos (1º de abril de 2023)
- O órgão/entidade que escolhe no edital qual Lei será aplicada (e o edital traz isso por expresse). Porém a aplicação deve ser do “pacote completo”, ou seja, se escolheu a 8.666 tudo será regido por ela: (fase preparatória/interna, licitação e contrato); se escolher a nova Lei, a

nova lei vai reger desde a etapa preparatória até a execução contratual.

- Proibida a combinação de ambas na mesma licitação, mas poderá fazer licitações diferentes, uma com a Lei 8666, outra com a Lei 14.133 (cuidado).

*Boas práticas = Plano de transição.

PNCP

Art. 174. É criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sítio eletrônico oficial destinado à:
(...)

§ 2º O PNCP conterá, entre outras, as seguintes informações acerca das contratações:

I - planos de contratação anuais;

II - catálogos eletrônicos de padronização;

III - editais de credenciamento e de pré-qualificação, avisos de contratação direta e editais de licitação e respectivos anexos;

IV - atas de registro de preços;

V - contratos e termos aditivos;

VI - notas fiscais eletrônicas, quando for o caso.

(...)

Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

(...)

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

(...)

Art. 175. Sem prejuízo do disposto no art. 174 desta Lei, os **entes federativos poderão instituir sítio eletrônico oficial** para divulgação complementar e realização das respectivas contratações.

- **MUNICÍPIOS COM ATÉ 20 MIL HABITANTES**

Prazo de 6 anos (01/abril/27):

- para atender a divulgação em sítio eletrônico oficial

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

LII - sítio eletrônico oficial: **sítio da internet, certificado digitalmente** por autoridade certificadora, no qual o **ente federativo** divulga de forma **centralizada** as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades;

*Enquanto não adotarem o PNCP:

- Publicar em Diário Oficial (extrato)
- Disponibilizar versão física na repartição ao interessado (cobrar apenas o valor da cópia).

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

(...)

III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o **caput** deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Posso aplicar os limites da dispensa por pequeno valor na nova Lei 14.133/21 e o restante das licitações fazer pela Lei 8.666/93?

*Cuidado (pacote completo); processo; etapa preparatória (governança, gestão de riscos, plano de contratações anual)

Lei 14.133/2021

Art. 11 (...)

Parágrafo único. A **alta administração** do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no **caput** deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

- Alta Administração: gestores que integram o nível executivo do órgão/entidade, com poderes para estabelecer as políticas, os objetivos e conduzir a implementação da estratégia para cumprir a missão da organização.